

RELATÓRIO DA SECÇÃO II (PROTO-HISTÓRIA E ROMANIZAÇÃO)

As escavações realizadas nos últimos anos em alguns castros, bem como a revisão dos materiais recolhidos em museus e procedentes de escavações antigas, demonstraram a existência de uma ocupação do Bronze Final em numerosos castros. Pode suspeitar-se que, nalguns casos, as primeiras fortificações dos castros correspondem a essa ocupação do Bronze Final, embora se não possa generalizar essa contemporaneidade; noutros casos, as primeiras fortificações serão já da Idade do Ferro, correspondendo fundamentalmente a razões estratégicas e eventualmente a soluções de organização do espaço.

Não obstante as escavações realizadas, não se dispõe ainda de dados que nos permitam esclarecer o trânsito da Idade do Bronze para a Idade do Ferro.

Pode também considerar-se como adquirido que os castros não foram, de modo geral, abandonados com o advento dos Romanos. Parece mesmo que, nalguns casos, particularmente nas Astúrias, a ocupação de posições castrejas se realizou já após a chegada dos Romanos. Esta continuidade da ocupação põe problemas de seriação e interpretação dos materiais, que, obviamente, correspondem a vários séculos de ocupação. Impõe-se, assim, a realização de escavações rigorosamente estratigráficas.

A multiplicidade dos castros obriga a uma selecção das estações a escavar. Terão de escolher-se os castros que, à partida, pareçam proporcionar melhores possibilidades de séries estratigráficas. Assim, é lógico começar por realizar inventários de castros, inventários que se acham em curso no Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Galiza, Astúrias, bem como nas províncias de León, Salamanca e Zamora.

Os trabalhos de campo para realização dos inventários não poderão, nunca, esclarecer a cronologia e dificilmente conduzirão, sem levantamentos topográficos correctos e sem sondagens, ao estabelecimento de tipologias de muralhas.

Considerando a importância dos movimentos de povos no NW peninsular, parece recomendável seleccionar também os castros em áreas geográficas particularmente importantes e sensíveis, que possam apresentar diversos horizontes correspondentes a ocupações de diferentes estratos étnicos. Referimo-nos, concretamente, a estações que possam documentar a migração de *Turduli* e *Celtici*, literariamente atestadas e, a partir de agora, arqueologicamente confirmadas. É igualmente necessário escolher os castros em zonas de contacto de culturas regionais, ao longo de vias naturais de penetração, e em áreas particularmente ricas em minérios.

Considerando também que as estruturas sociais proto-históricas condicionam o ordenamento e aproveitamento do espaço, é indiscutivelmente útil realizar escavações em área, descobrindo por completo núcleos habitacionais que possam corresponder ao espaço ocupado por uma ou várias famílias. Cortes estratigráficos em áreas de sondagem podem conduzir ao estabelecimento de séries tipológicas e cronológicas, mas não esclarecerão nunca os problemas de ocupação do espaço, que parecem particularmente importantes, até pelas transformações que a romanização pode ter introduzido, neste aspecto.

A romanização não conduziu, como se disse, ao abandono dos castros. De qualquer forma, e sem excluir uma proto-urbanização de certos povoados pré-romanos, a «cidade» foi um elemento novo introduzido pelos Romanos. Aquela «proto-urbanização» pode entender-se em dois sentidos: no aparecimento de formas incipientes de ordenamento do espaço intra-muros e no facto de alguns castros poderem ter assumido funções de principalidade ou capitalidade e, conseqüentemente, de ordenamento regional do ponto de vista político, estratégico, religioso e comercial.

A cidade parece ter tido, fundamentalmente, uma importância administrativa: a cidade foi um centro de gestão, foi sede de uma administração local e regional. A cidade foi ainda um centro religioso. A religião tem de interpretar-se na sua dimensão social, como factor de coesão dos homens, de integração no universo cultural romano e até de promoção social de famílias de origem indígena que, pelo exercício dos sacerdócios, ascendiam a posições de domínio socio-político.

Não obstante se dever considerar a cidade fundamentalmente como sede de administração, não poderá todavia esquecer-se a função económica da cidade romana. É certo que não podemos considerar o mundo rural como um mundo exclusivamente agrário; os *castella* ou *vici* foram, sem dúvida, também centros industriais, mas não se pode minimizar a importância da cidade como sede de indústrias e como centro comercial.

Considera-se como ponto negativo deste Colóquio a desatenção aos problemas do mundo rural romano, não obstante ter estado no pensamento dos organizadores do Colóquio o exame destes problemas. Os pequenos aglomerados do mundo rural tiveram indiscutivelmente importância económica e até estratégica, que neste Colóquio passaram despercebidos. Pela ignorância quase total do problema não foi, como é óbvio, possível detectar os ritmos, nem sequer longos, da evolução do mundo rural. É sintomático salientar que apenas numa das comunicações se falou de *villae* romanas.

Recomendações:

- Torna-se necessário dar atenção aos *vici*, ou pequenos aglomerados rurais, que são inteiramente desconhecidos.
- Dada a dificuldade de realização de escavações nas cidades modernas, torna-se necessário obter das autarquias condições que permitam aproveitar todas as obras de loteamento ou de lançamento de infra-estruturas para ir a pouco e pouco compondo o «puzzle» da Arqueologia urbana.

JORGE DE ALARCÃO

RECOMENDAÇÕES GERAIS DO COLÓQUIO

1. Na sequência deste Colóquio reconhece-se ser do maior interesse que se realizem periodicamente mesas-redondas de trabalho, com carácter inter-universitário, de forma a assegurar a permanente actualização e difusão de dados e ideias entre os investigadores do Noroeste peninsular.
2. Torna-se necessário sistematizar os trabalhos de inventariação ou de cartas arqueológicas, superando a situação actual das iniciativas simultâneas feitas por várias equipas nem sempre devidamente habilitadas e sobretudo trabalhando sem troca recíproca de informação.
3. O Colóquio entende ainda dever significar às autarquias o reconhecimento pelo apoio financeiro e técnico que têm concedido à Arqueologia, apoio que em muitos casos tem ultrapassado largamente o do próprio governo central.

(Aprovadas na sessão de encerramento do Colóquio)